

Seminário sobre o Setor de Logística

Macrossetor de Comércio, Serviços e Logística da CUT

São Paulo, 27 e 28 de março de 2014

DOCUMENTO FINAL

Os trabalhadores e trabalhadoras do setor de logística ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) reconhecem a importância do referido setor para o projeto de desenvolvimento socioeconômico em curso no país, seja no que se refere ao bom desempenho da atividade econômica, seja na melhoria da qualidade de vida daqueles que dependem do transporte público.

Os investimentos no setor de transportes sofreram uma retração nas décadas de 80 e 90. No entanto, desde o início no Governo Lula, vêm crescendo de maneira sustentada. Entre 2003 e o final de 2012 os aportes governamentais investidos na infraestrutura nacional passaram de R\$ 36,6 bilhões para R\$ 118,5 bilhões (valores a preços de 2012), o que representa um avanço de mais de 200%.

Apesar dos evidentes avanços, não há como negar que é ainda necessário ampliar a escala dos investimentos para universalizar e modernizar a infraestrutura hoje existente no país. Além disso, ressalta-se a necessidade de integrar os diferentes modais com o objetivo de articulá-los com as mais distintas cadeias produtivas, tanto aquelas de caráter exportador quanto ao escoamento da produção e serviços voltados para o mercado interno.

Ao considerar também os serviços de água, saneamento, e eletricidade, estudos do Banco Mundial apontam necessidade de aportar entre 4% a 6% do PIB durante 20 anos. No Brasil, as estimativas apontam investimentos em energia elétrica, telecomunicações, saneamento e transportes em torno de 2,45% do PIB em 2013, ou seja, seria necessário dobrar a quantidade de investimentos para concorrer com as grandes economias mundiais.

Tais investimentos, assim como a retomada do planejamento por parte do Governo Federal evidenciada, dentre outros fatores, pela criação da estatal EPL (Empresa de Planejamento e Logística), da Secretaria de Portos (SEP) e da reestruturação da VALEC, não devem se limitar apenas à extensão da malha rodoviária e ferroviária, ao melhoramento de estradas, à ampliação de aeroportos, hidrovias e linhas de cabotagem e modernização de portos. Todos esses aspectos são fundamentais, mas é preciso que os atores envolvidos nesse processo, principalmente os trabalhadores, participem ativamente da elaboração de propostas que priorizem a geração de mais emprego e de melhores condições de trabalho, sobretudo no que se refere à saúde, segurança e qualificação profissional.

A realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do setor de logística é marcada pela heterogeneidade entre os diferentes modais (aéreo; ferroviário; aquaviário; metroviário; rodoviário; portuário e viário) no que se refere ao processo de trabalho, ocasionada, principalmente, por conta das diferenças de condições, relações de trabalho e do formato da contratação e negociação coletiva. Considerando que os caminhoneiros trabalhadores autônomos são parte integrante do setor de logística, nos deparamos com uma situação ainda mais complexa, dado que a realidade desta categoria é marcada tanto por intensas dificuldades em torno do padrão de remuneração quanto por jornadas extensas e condições de trabalho precárias.

Dados da RAIS referentes ao ano de 2012 apontam que o setor de transportes e atividades conexas emprega mais de 2 milhões de trabalhadores. Destes, 57% se encontra na região Sudeste – exatamente onde historicamente se concentram os investimentos públicos em infraestrutura; 55% têm entre 30 e 49 anos; 85% são homens; 43% recebem remuneração de até 2 salários mínimos – evidenciando o baixo patamar de remuneração do trabalhador brasileiro - e 42% entre 2 e 4 salários mínimos.

As estatísticas da Previdência indicam que 36.332 trabalhadores sofreram algum acidente de trabalho no setor de transportes em 2012, o que equivale a afirmar que em 2012 todos os dias 100 trabalhadores do setor de transportes sofreram algum tipo de acidente. Somam-se aos 2 milhões de trabalhadores dos transportes da iniciativa privada e da esfera pública (estatais), outros cerca de 1 milhão de caminhoneiros autônomos. Estes dados revelam a urgente necessidade de investir na melhora das condições de trabalho desse setor, pois é inconcebível que tais atividades, imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social do país, registrem milhares de casos de adoecimento e morte de trabalhadores. É preciso combater os fatores que deterioram a saúde dos trabalhadores como jornadas de trabalho excessivas, programas de metas abusivas, precarização e terceirização da mão-de-obra.

Portanto, o I Seminário de Logística no âmbito do Macrossetor de Comércio e Serviços é um passo importante para a articulação de pautas trabalhistas comuns e para a construção de propostas para o desenvolvimento e aprimoramento do setor de logística de nosso país, financiado também com recursos oriundos dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, através do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Considerando as questões acima apresentadas, os trabalhadores do setor de logística priorizam as seguintes pautas comuns para o próximo período de lutas:

- cobraremos que se intensifiquem os investimentos em infraestrutura, e que os recursos sejam distribuídos por todo o território nacional e voltados para a integração, valorização e modernização dos diferentes modais, com a devida observância dos impactos socioambientais; eficiência de cada modal e qualidade do transporte público e da mobilidade da população;
- exigimos a garantia de emprego aos trabalhadores e trabalhadoras atingidos pela automatização e mecanização no setor de logística, como, por exemplo, a manutenção do emprego do segundo trabalhador (agente de bordo) no transporte urbano e suburbano de passageiros;
- exigimos a priorização e ampliação dos investimentos e da modernização na infraestrutura logística para a distribuição da produção voltada ao mercado interno e no transporte de passageiros que circulam no mercado doméstico;
- lutaremos para que os investimentos sejam também voltados para a melhoria das condições de trabalho através de infraestrutura que humanize e proteja o exercício do trabalho, como, por exemplo, no que se refere a construção de áreas de descanso em rodovias e pátios de carga e descargas, inclusive com vistas a minimizar os custos sociais (previdência, saúde pública, meio ambiente, dentre outros);
- entendemos que os serviços de transporte em geral são serviços públicos e, como tais, cobraremos que o Estado se responsabilize com a qualidade e modicidade tarifária dos serviços prestados e que regule as condições e relações de trabalho, sempre com a participação dos trabalhadores, mesmo nos casos de concessão à iniciativa privada;

- cobraremos programas de qualificação formulados com a participação dos trabalhadores e financiados pelo poder público e o setor empresarial;
- exigiremos que qualquer investimento estatal no setor de logística/infraestrutura deva observar critérios que garantam a geração de empregos decentes e contrapartidas socioambientais;
- exigiremos a eliminação da utilização de mão de obra terceirizada no setor de logística, prática extremamente danosa e precarizadora do trabalho;
- elaboraremos uma campanha nacional voltada à saúde do trabalhador e trabalhadora dos diferentes modais, focando ações preventivas no combate às doenças ocupacionais e aos acidentes de trabalho ocasionados, sobretudo, pelas longas jornadas de trabalho;
- enviaremos ao Executivo Federal proposta de criação de uma mesa nacional tripartite de negociação, com vistas a negociar um programa de previdência complementar; um piso nacional para os trabalhadores do setor de logística, assim como um valor mínimo para o frete nacional, e condições diferenciadas de jornada de trabalho, em especial no que se refere ao trabalho noturno;
- denunciaremos e construiremos alternativas para combater as práticas antissindicais (interditos proibitórios) empregadas pelos patrões e, também, para combater a intervenção por parte do judiciário contra o direito de greve do trabalhador brasileiro;
- exigiremos a profissionalização da gestão nas empresas públicas do setor de logística, como forma de otimizar as ações do Estado em infraestrutura.

**Trabalhadores e Trabalhadoras do Macrossetor
de Comércio, Serviços e Logística da CUT**